

- LVII -**A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA ENTRE OS
MUNICÍPIOS DE JOINVILLE/SC E PONTA GROSSA/PR
E O INSTITUTO AYRTON SENNA: CONSEQUÊNCIAS
PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO****Daniela de Oliveira Pires**

Universidade Federal do Paraná

danielaopires77@gmail.com

O objetivo do estudo é analisar a configuração da parceria público-privada, entre os Municípios de Joinville/SC e Ponta Grossa/PR com o Instituto Ayrton Senna (IAS), organização não-governamental (ONG), juridicamente caracterizada, como uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, por meio da implementação dos seus programas e ações, entre os anos de 2012 a 2018 e as repercussões para a democratização da educação. A metodologia utilizada pelo IAS por meio da implementação dos seus programas, como o da “Aceleração da Aprendizagem”, até os mecanismos de gestão da escola, desenvolvido por meio do programa “Gestão Nota 10”, vão ao encontro de estudos internacionais conhecidos como Escola Eficaz (*School Effectiveness Research Paradigm*)³⁰. A escolha dos referidos municípios, se deve, pelo fato, de que ambos, foram pioneiros no estabelecimento da parceria com o IAS em seus respectivos estados, com profundas repercussões para o campo educacional.

A partir desse propósito foram estabelecidas as seguintes problemáticas: Quais as implicações para a democratização da educação nas redes municipais de educação de Joinville/SC e Ponta Grossa/PR que implementaram os programas e ações do IAS, em uma perspectiva comparada? Quem são os sujeitos sociais que se articulam por meio da parceria público-privada e de que forma influenciam na elaboração das políticas públicas educacionais nos contextos dos municípios analisados? A justificativa para o desenvolvimento dessa análise, se torna necessária, como forma de dar prosseguimento às reflexões sobre a relação entre a esfera pública e a esfera privada na promoção da educação, sendo que a pesquisadora é integrante do GPRPPE - Grupo de Pesquisa: Relações entre o Público e o Privado na

³⁰ (<http://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/educacao.html>).

Educação e que está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul PPGEDU/UFRGS, sendo composto por bolsistas de Iniciação Científica, mestrandos e mestres, doutorandos e doutores, pós-doutores e docentes da UFRGS, bem como pesquisadores de outras instituições. Esse coletivo de pesquisa estuda a temática da relação público-privada, desde o ano de 2002.

A metodologia para a realização da pesquisa será do tipo qualitativa, o que significa afirmar, o contato direto e prolongado da pesquisadora com o ambiente e a situação a ser investigada através do trabalho de campo, entendendo que os processos ocorrem no seu contexto marcado pelas correlações de força presentes na sociedade (LUDKE; ANDRÉ, 2001, p. 12). Nesse tipo de pesquisa, há uma maior preocupação com o processo, pois, ao estudar determinado problema, o interesse se volta à forma como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. Também será priorizada a “perspectiva dos participantes”, ou seja, a maneira como os envolvidos encaram as questões a serem focalizadas. As fontes documentais também serão analisadas e envolverá planos de governo, programas, material distribuído em reuniões, consultas a sites e material divulgado pela imprensa, na intenção de captar, as correlações de forças sociais que são parte constitutiva da pesquisa. Para o trabalho também serão utilizadas como fontes de informações primárias entrevistas realizadas junto aos sujeitos sociais que, de alguma forma, vivenciaram a educação durante o processo de implementação da parceria público-privada entre Joinville/SC e Ponta Grossa/PR com o IAS, ao longo de sua execução, como professores, estudantes, bem como, pais e/ou responsáveis, secretários (as) municipais de educação e coordenadores (as) pedagógicos (as). Por fim, a entrevista será utilizada com o objetivo de construir informações pertinentes ao objeto de pesquisa. As entrevistas podem ser consideradas como conversas com finalidade (MINAYO, 2008). O tipo de entrevista será a semiestruturada, que assegura o diálogo entre os sujeitos pesquisados e a investigadora, assim como oferece possibilidade de perceber cada vez mais as relações entre as falas e o problema a ser investigado. (TRIVIÑOS, 2006).

A premissa que orienta o estudo é a de que a configuração da parceria entre o setor público e o setor privado, acaba por regulamentar e legitimar, no espaço público, os interesses da esfera privada, estimulando assim, a chamada “privatização” do público – que se materializam da seguinte forma, ora vendendo serviços e tecnologias educacionais as redes públicas de ensino, ora orientando o conteúdo das propostas das políticas educacionais - promovendo ações e posicionamentos que não correspondem ao princípio constitucional da gestão democrática, que deveria orientar, *a priori*, a escola pública. Especificamente, com

relação a gestão educacional, é possível afirmar que está permeada e influenciada por diferentes enfoques e teorias, ao longo das últimas décadas, caracterizada por meio de um processo de correlações de forças sociais, no qual a mesma está inserida, sendo, portanto, parte constitutiva.

No Brasil, historicamente, a gestão da *res* pública, esteve acompanhada por elementos do autoritarismo, patrimonialismo e clientelismo³¹. Especialmente, durante a década de 1990, o país atravessou um processo de privatizações e por uma reformulação, que almejavam tornar o Estado mais eficiente, através da sua própria reconfiguração. A nova gestão pública acaba por influenciar a gestão escolar, principalmente com as parcerias público-privadas na educação, que, por meio do público não-estatal e do quase-mercado, introduzem mecanismos da iniciativa privada no interior da escola pública. A educação, quando é vista unicamente sob a perspectiva do público não estatal, se transforma gradativamente em um serviço, exigindo tão somente que sua prestação ocorra de forma eficiente, visando apenas à produção de resultados. Por se tratar de um serviço, ou ainda, de um bem de consumo, deve atender às necessidades do mercado. Para Olinda Maria Noronha:

A apropriação ou o monopólio dos bens produzidos pelo conjunto dos homens na história, por um determinado grupo que detém o controle sobre os outros grupos, antecede a forma histórica do capitalismo. No entanto, com o surgimento do capitalismo e da propriedade privada dos meios de produção, esse processo de monopolização e de controle dos bens significativos passa a acentuar-se e a ganhar um conteúdo particular que é o da exploração, o da acumulação e o do controle do estoque de bens – entre eles o conhecimento – nas mãos de uma minoria. Os conflitos e as lutas por partilhar os bens produzidos historicamente pelo conjunto dos homens passa então a ser uma constante na história da humanidade, estendendo-se até a atual forma histórica do capitalismo globalizado pós-fordista. (NORONHA, 2005, p.146).

Ao contrário do que se possa pensar, a relação público-privada não permitirá que a sociedade civil, possa a ser detentora do conhecimento disputado dentro da ordem capitalista. O estudo encontra-se na fase de levantamento de dados bibliográficos, mas é possível concluir, que está consolidado um movimento de ressignificação do papel das ONGs, que vai influenciar o campo de atuação da esfera pública, pois, com o estímulo cada vez maior às parcerias entre o público e o privado, tem início um crescente processo de transferência na execução dos direitos sociais para a esfera privada. Quem acaba controlando, ou é uma pequena parcela da sociedade, representada pelas ONGs, ou ainda, o mercado,

³¹ Ver mais em: FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

quando a sua execução é transferida para o setor privado mercantil, com consequências para o processo de democratização da educação em curso, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Para tanto, quando se faz referência à educação, trata-se de um direito, uma conquista e uma garantia constitucional, que enseja a obrigação do ente estatal, bem como a sua responsabilização, quando do seu não cumprimento, pois estamos tratando de um direito assegurado a todos os cidadãos e cidadãs.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagem qualitativa**. São Paulo, SP: EPU, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

NORONHA, Olinda Maria. O Público e o Privado: Teorias e Configurações nas Práticas Educativas. In. LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da Silva (orgs). **O Público e o Privado na História da Educação Brasileira. Concepções e Práticas Educativas**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2006.